

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CCDR-N NA CERIMÓNIA DE ASSINATURA DE PROTOCOLOS DE FINANCIAMENTO DE 23 PROJECTOS DE REGENERAÇÃO URBANA

30 DE JUNHO DE 2009, THEATRO CIRCO | BRAGA

Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional

Sr. Secretário de Estado do Ordenamento do Território e Cidades

Sr. Presidente da câmara Municipal de Braga

Senhores Presidentes de Câmara

Senhores Vereadores

Senhoras e Senhores convidados

No momento em que o fragor da guerra à volta dos grandes projectos mobiliza e divide políticos, especialistas e a opinião pública, ao ponto de a análise da crise e das políticas para a ultrapassar terem passado a um plano quase secundário – sinal bem evidente da pobreza do debate intelectual no país – creio poder afirmar que o investimento em requalificação urbana é um dos poucos que recolhe o aplauso geral, o que nos dá um certo conforto e esperança.

Cada um dos programas de regeneração urbana já aprovado, isoladamente considerado, é um projecto de dimensões modestas: no limite, dez milhões de euros para os chamados grandes centros urbanos (mais de 9000 residentes) e dois milhões para os pequenos centros urbanos. Contudo, a soma aritmética dos três concursos já realizados (onde se inclui o de hoje), configura um volumoso pacote de investimentos em reabilitação e regeneração urbana sem paralelo na Região Norte, só comparável ao Programa Nacional Polis ensaiado no início desta década e que se desenvolveu por todo o país e, ainda, à intervenção no Parque das Nações, outra experiência que fez escola em matéria de criação e renovação urbana, coroada de êxito.

De facto, os protocolos de financiamento dos vinte e três projectos de regeneração urbana hoje assinados, ascendem a um compromisso global de 194 milhões de euros, apoiado em 133.9 milhões (perto de 70 por cento) pelo FEDER. Mas se tivermos em conta os dois concursos anteriores já decididos, um deles relativo a pequenos centros urbanos, o outro contemplando sete grandes centros, o investimento total é muito expressivo: roça os 400 milhões de euros (393.81 milhões) e a comparticipação do PO Regional ascende a 271.6 milhões de euros. Isto sem ter em conta o efeito multiplicador destes investimentos.

O breviário da regeneração urbana, pode ser enunciado da seguinte forma:

- operações integradas de valorização das áreas de excelência urbana (centros históricos, frentes ribeirinhas e marítimas);
- recuperação e qualificação de áreas periféricas e refuncionalização de áreas abandonadas ou com usos obsoletos;
- operações integradas de requalificação e reinserção urbana de bairros críticos;
- reforço da atractividade das cidades, estimulando a sua revitalização económica, social e cultural de espaços degradados.

A regeneração urbana não é apenas uma resposta à crise dos centros das cidades e uma escolha ambiental, ela contribui para tornar as cidades mais atractivas para todas as actividades tradicionais ou inovadoras. O turismo urbano, só para dar um exemplo, pode ser um produto privilegiado da regeneração urbana, não sendo apanágio exclusivo das grandes metrópoles ou das cidades ditas turísticas.

Permita-se-me chamar a atenção para a paleta de cores muito variadas do conjunto dos programas de acção, onde predomina o verde, as várias tonalidades da água, a patine das velhas pedras, mas também as áreas cinzentas dos bairros degradados e dos vazios urbanos. As intervenções no domínio da economia, do ambiente, das acessibilidades, da energia, da cultura e da ciência, enriquecem este quadro. Os programas de acção têm muitos traços comuns pois saíram da mesma matriz e todos alimentam o sonho de cidades mais bonitas, competitivas e sustentáveis, mas diferenciam-se segundo a geografia, a localização, as tradições e a história de cada cidade. São unos e múltiplos.

Justificam uma referência especial, de entre os projectos aprovados:

- o ordenamento e transformação da Circunvalação, hoje um verdadeiro “no man `s land”, em boulevard metropolitano, projecto sistematicamente subalternizado ao longo de décadas e que hoje dá um passo inaugural nesse sentido;
- os centros históricos do Porto, Gaia, Guimarães, Penafiel, Bragança, Chaves, Braga, Gondomar (núcleo histórico de Atães/Marecos);
- os bairros críticos (Vila d `Este, Lagarteiro, Sobreiras).

No momento em que a Região Norte continua com o pulso demasiado débil, esta grande injeção de ajudas comunitárias que irá beneficiar todo o espaço urbano regional, do litoral ao interior, fazendo também coesão territorial, constitui uma contribuição nada despreciable de saída da crise.

Esta iniciativa descentralizada, ousado dizê-lo, mostra os méritos da acção pensada, decidida e aplicada a nível regional, num tempo em que o regionalismo corre sérios riscos de se tornar irrelevante ou caminhar para a extinção, apesar de todos os malefícios atribuídos a um centralismo secular, fora de moda e desacreditado.

Apoia-se em parcerias muito diversas e atribui o protagonismo e a responsabilidade aos municípios numa conjuntura em que alastra uma perigosa ideologia anti-municipalista, que me faz meditar o quão grande foi o velho mestre Alexandre Herculano que olhando o país do seu tempo via no município “o governo do país pelo país” e advogava a rotação do poder do “centro para a circunferência”.

Por último, é justo agradecer aos senhores Secretários de Estado todo o apoio que nos têm dado, eles que comungam nesta matéria dos valores e ideais que nos reúnem aqui.

É meu dever realçar o imenso trabalho feito pelo Eng.º Carlos Duarte e pela Eng.ª Rosa Cortez e a unidade funcional que trabalha intensamente sobre todo este longo, exigente e complexo processo. O meu sincero elogio alarga-se aos senhores presidentes de Câmara e às equipas que, em tempo relativamente curto, fizeram um trabalho de qualidade que, no tempo lento das rotinas nacionais, levaria anos e anos de atrasos e incertezas.

Muito obrigado

Carlos Lage

Braga, 30 de Junho de 2009